



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E EPISTEMOLOGIAS DE TERREIRO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: APRESENTANDO HEROÍNAS NEGRAS

ANTIRACIST EDUCATION AND TERREIRO EPISTEMOLOGIES IN UNIVERSITY EXTENSION: PRESENTING BLACK HEROINES

Yasmin Cunha de Menezes (yascmenezes@gmail.com).
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mirella Farias Rocha
mirellafr@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Artigo

Resumo:

Este artigo procura refletir acerca da educação antirracista, baseada nas epistemologias de terreiro e trajetórias de mulheres negras da história do Brasil, a partir de provocações geradas no âmbito do projeto de extensão “Heroínas Negras da História Não Contada do Brasil: Narrativas didáticas para Escola, Terreiro e Comunidade”, desenvolvido na esfera do Programa de Educação Tutorial Conexões Povos de Terreiro da UFRJ desde 2020.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Epistemologias de Terreiro; Extensão Universitária; Heroínas Negras.

Abstract:

This article seeks to reflect on antiracist education, based on Terreiro epistemologies and the trajectories of black women in the history of Brazil, through provocations generated within the scope of the extension project 'Black Heroines of the Untold History of Brazil: Didactic Narratives for School, Terreiro, and Community.' This project has been developed within the framework of the Tutorial Education Program 'Connections: People of Terreiro' at UFRJ since 2020.

Keywords: Antiracist Education; Terreiro Epistemologies; University Extension; Black Heroines.

1. Introdução

Este artigo apresenta reflexões a partir do projeto de extensão "Heroínas Negras da História Não Contada do Brasil: Narrativas Didáticas para Escola, Terreiro e Comunidade", desenvolvido como uma das atividades no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões Projeto Político Pedagógico de Tutoria, grupo "Povos de Terreiro e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2020, sob coordenação e orientação da Prof. Dra. Mirella Rocha.

A proposta do projeto é evidenciar a importância das mulheres negras na formação social brasileira, na esteira das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que consiste na obrigatoriedade curricular da História e Cultura da África e dos Africanos, dos Afro-brasileiros e Indígenas, de forma a resgatar “suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2003) no ensino básico. Assim, este artigo traz o Relato de Experiência do projeto no ano de 2023, e a partir daí as reflexões acerca do epistemicídio e das epistemologias de terreiro, tendo em vista ressaltar a importância da extensão universitária como possibilidade de atuação na contramarcha da psicologia de massas da forma social racista. Nosso projeto-ação aspira promover a valorização e o reconhecimento do protagonismo histórico-político feminino e negro para recontar por meio dessas personagens a história silenciada de um povo.

A partir da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o projeto se desenvolve por meio de dois eixos de atuação: i) apoio didático para professores, educadores sociais e povos de terreiro; ii) contação de história e proposição de oficina didático-lúdica e dialógica com crianças e adolescentes de escolas públicas, terreiros e favelas. Em ambas as frentes, trabalhamos com 12 heroínas, quais sejam: Dandara dos Palmares, Xica Manicongo, Tereza de Benguela, Esperança Garcia, Maria Felipa, Luísa Mahin, Tia Preta Simoa, Tia Ciata de Oxum, Clementina de Jesus, Carolina Maria de Jesus, Mercedes Baptista e Mãe Stella de Oxóssi.

3

2. Relato de experiência das heroínas negras

2.1 Relato de experiência em 2023

O projeto “Heroínas Negras da História Não Contada do Brasil: Narrativas didáticas para a Escola, Terreiro e Comunidade” objetiva romper com as narrativas que insistem em relacionar a história do negro brasileiro somente a dor e subserviência, propondo outras formas de recontar a história do Brasil. Para isso, há um extenso trabalho de pesquisa e criação de bancos de dados sobre importantes mulheres afro-brasileiras e afro-indígenas na formação da sociedade brasileira, bem como de pesquisa teórica e histórica acerca da dinâmica sócio-política das classes sociais. As histórias são posteriormente roteirizadas com uma linguagem adequada para diferentes faixas

etárias e contextos.

Além disso, também criamos e desenvolvemos oficinas didático-lúdicas que ressignificam a História do Brasil pensada a partir do protagonismo dessas personagens negras. Para o desenvolvimento das Oficinas, contamos com a parceria de diferentes instituições e projetos sociais, entre as quais destacamos o Complexo de Formação de Professores da UFRJ, que faz a ponte entre o projeto e as escolas públicas do Rio de Janeiro. Nesse ano de 2023 as atividades foram realizadas em três espaços:

- Associação Projeto Roda Viva, localizada no Morro da Casa Branca, Borel, Zona Norte do Rio de Janeiro.
- Escola Municipal São Tomás de Aquino, localizada na Praça Almirante Júlio de Noronha, 40 - Leme, Rio de Janeiro – RJ
- Escola Municipal Minas Gerais, localizada na Av. Pasteur, 433 - Urca, Rio de Janeiro – RJ.

É importante ressaltar o trabalho político-administrativo relativo à construção do projeto nos espaços, a partir de reuniões com a direção da escola e/ou associação para a construção do planejamento, o qual busca atender para as necessidades das instituições e adaptação das oficinas que o Grupo PET tem a oferecer para as diferentes demandas apresentadas. Esse ponto é importante pois além dos espaços descritos, estava planejada uma outra oficina em escola pública, pois alguns docentes negros da instituição contataram o grupo pedindo umas Oficinas, a partir da frequente onda de casos de racismo dentro da escola; no entanto apesar do esforço do planejamento a atividade acabou não acontecendo devido a resistência de parte do corpo docente em receber a atividade. Esse acontecimento é um exemplo na prática de que ainda há muito o que mudar nos espaços educativos, visando uma cultura antirracista e a aplicação da Lei 10639/2003 e 11645/2008.

Sistematicamente, no ano de 2023 o projeto de extensão “Heroínas Negras da História Não Contada do Brasil: Narrativas didáticas para a Escola, Terreiro e Comunidade”, se desenvolveu por meio das seguintes atividades:

1. Processos de roteirização adaptando as histórias para contação em duas linguagens didáticas diferentes por heroína (para público infantil e para público adolescente);
2. Processo de roteirização, edição de vídeo didático para professores e educadores sociais das heroínas Carolina Maria de Jesus e Clementina de Jesus, os quais foram publicados no canal de Youtube do Grupo, respectivamente em março e abril de 2023, somando 10 vídeos ao longo da história do projeto;
3. Processo de pesquisa, escrita e revisão de Ebook didático, o qual reflete um denso trabalho de conteúdo histórico e político-coletivo a partir dessas mulheres negras, bem como de

- artes visuais, verbetes e sugestões didáticas para trabalho dos temas, bem como referências;
4. Realização de Evento no mês da Consciência Negra na Escola de Serviço Social da UFRJ, Campus Praia Vermelha, ocorrido em 06 de novembro sob o título: "Carolina Maria de Jesus, intérprete do Brasil: Para pensar questão social e escrita de si"; O evento se constituiu em palestra, seguida de proposição de atividade de escrituragem e contou com a participação de cerca de 80 pessoas;
 5. Planejamento e desenvolvimento de componente curricular de ensino para ser lecionado como "Núcleo de Extensão" obrigatório para o curso de Serviço Social noturno da UFRJ e optativo para outros estudantes da Universidade, durante os semestres 2023-1 e 2023-2, sob o título "Mulheres Negras, Racismo Epistemológico e Questão Social" com carga horária total de 120 horas;
 6. Socialização de reflexões científicas teórico-críticas tendo em vista popularização científica como objetivo precípua do PET, sendo em 202: um artigo completo em Congresso Internacional, evento XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP); três Resumos Expandidos sendo um no XXVIII Encontro Nacional de Grupos PET (ENAPET) e dois no XV Seminário Discente PPGCEC - Periferias em Movimento: Por uma Educação Decolonial e Inclusiva ; 05 Resumos em Seminário Científicos Locais, Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (SIAC);
 7. Realização de cinco oficinas lúdico-didática para crianças e adolescentes, referente às seguintes heroínas: Maria Felipa, Clementina de Jesus, Carolina Maria de Jesus, Tia Ciata e Tereza de Benguela nas instituições parceiras.
 8. Cinco atividades de contação de história e proposição de oficina didático-lúdica e dialógica com crianças, realizadas nas instituições parceiras.

Em relação às Oficinas abaixo colocamos o descritivo resumido das mesmas, visando registrar a forma como essa atividade ocorre.

A Oficina "Maria Felipa - Catando Mariscos no Mar de Memórias", aconteceu no dia 24 de Maio de 2023 na Associação Projeto Roda Viva, localizada no Morro do Borel, Favela da Zona Norte do Rio de Janeiro. Contamos com a presença de 40 crianças na faixa etária entre 3 a 9 anos de idade. A atividade inicia com uma contação cênica em primeira pessoa, que impulsiona as crianças a pensarem nos processos de luta do povo negro e indígena na independência do Brasil, bem como o mérito da heroína Maria Felipa no processo de luta pela independência na Bahia ocorrida em 02 de Julho de 1823. Em seguida, a contação dá lugar a uma oficina que explora a sensorialidade das crianças por meio do contato das suas mãos com conchinhas que estão submersas em uma bacia com areia, para em um segundo momento as crianças recebem papéis de

diferentes tonalidades da cor azul, fazendo referência ao mar, e neles registrarem suas lembranças ligadas ao mesmo. O intuito da oficina é por meio da história da heroína, que era também catadora de marisco, e dos recursos usados para trabalhar o sentido do tato, ativar essa importante aliada da resistência do povo negro: a memória.

"Clementina de Jesus - Cantos que Ecoam a Ancestralidade" foi a Oficina ocorrida em 22 de setembro de 2023 na mesma Associação Projeto Roda Viva. Contamos com a presença de cerca de 30 crianças de 5 a 8 anos de idade. A atividade inicia com uma contação cênica em primeira pessoa, que por meio da história de Clementina de Jesus, evidencia a importância da mulher para o samba e a importância do samba como um lugar de re-existência do corpo negro em diáspora. Como finalização da atividade, aconteceu a oficina que tem a dinâmica de estátua musical, como forma de, por meio da dança, promover uma conexão dos participantes com a corporeidade, a ancestralidade e o samba como lugar político-cultural.

A Oficina "Carolina Maria de Jesus - Confeção de Colares de Pérolas Literárias", aconteceu no dia 23 de Outubro na Escola Municipal São Tomás de Aquino, localizada no bairro do Leme. A oficina foi realizada em dois turnos, sendo o primeiro para aproximadamente 20 crianças entre 8 e 9 anos de idade e o segundo para 15 crianças de 9 a 10 anos. Em ambos os turnos, a atividade teve início com uma narração em terceira pessoa a respeito da vida de Carolina Maria de Jesus, suas potências em diversas e distintas expressões artísticas; literatura, moda e indumentária, música e sua inserção no mundo, principalmente como porta-voz de pessoas socialmente marginalizadas; correlacionado a vida da heroína à questões cotidianas na vida das crianças, em sua maioria moradoras da Favela da Babilônia. Após a contação, foi dado início a oficina de confecção de pulseiras e colares, similares aos que Carolina Maria de Jesus confeccionava para seu próprio uso, sendo que as fotos da Carolina estavam disponíveis para inspiração.

Essa Oficina visa romper com as narrativas que assemelham a história da Carolina de Jesus ao sofrimento de uma mulher que vivia como catadora de lixo ou no seu barraco na Favela do Canindé e dialogando com a beleza e a autoestima de Carolina enquanto potência e as possibilidades da escrita na vida de cada um.

A Oficina "Tia Ciata - Sensorialidade e Percussão Corporal", aconteceu no dia 10 de Novembro na Escola Municipal São Tomás de Aquino, localizada no bairro do Leme. Contamos com a presença de aproximadamente 25 estudantes, adolescentes de 13 a 14 anos de idade. O início da atividade foi marcado pela contação em terceira pessoa a respeito da vida de Tia Ciata, enaltecendo a importância da figura para a história do samba e para a musicalidade brasileira, bem como ressaltando a história do samba recontada a partir dos encontros no Terreiro da Tia Ciata de Oxum e a participação das mulheres no espaço. Depois disso, a fim de reverenciar as potências do

corpo enquanto instrumento de expressão no mundo, foram realizados exercícios teatrais que ativaram diferentes sentidos dos adolescentes, com uso do próprio corpo e suas sonoridades.

"Tereza de Benguela - Câmara Legislativa/Parlamento simulado", foi a última oficina didática do ano de 2023, que ocorreu no dia 01 de dezembro, na Escola Municipal Minas Gerais, localizada no bairro da Urca. Participaram da atividade, o total de 30 estudantes, sendo estes alunos de turmas de sexto e sétimo ano. A contação a respeito da heroína Tereza de Benguela, foi narrada em terceira pessoa e tem como principal objetivo relacionar as dinâmicas do Quilombo do Quariterê (liderado por Tereza de Benguela) com as favelas, terreiros e atuais quilombos do Brasil. Reforçando a importância da organização dos territórios como estratégia de sobrevivência, resistência e afirmação da cidadania dos povos que neles residem. Como complemento da atividade, os estudantes participaram da oficina que consiste na simulação de um parlamento, onde eles constroem em grupo um conjunto de argumentos para defender diferentes pautas sociais, registrando artisticamente suas ideias em cartazes decorados. Essa atividade visa promover uma reflexão sobre a democracia, a organização política e a diversidade como patrimônio histórico-cultural dos povos de matriz africana no Brasil.

A dinâmica de avaliação do projeto se dá a partir de epistemologias de terreiro, onde as trocas e saberes são em roda. Assim, momentos avaliativos ocorrem ao final das atividades, bem como nas reuniões semanais do grupo.

2.2 Formação Social Brasileira e o Epistemicídio

O relato acima, bem como toda a tessitura do projeto de extensão, está engendrada no debate teórico-metodológico acerca do racismo. Este, existe através de uma forma social escravista brasileira, categorizada pelo autor Muniz Sodré (2023) como estabelecadora de um lugar social ideologicamente predeterminado para o povo negro, sobretudo pela forte tradição patrimonialista e senhorial desta sociedade (SODRÉ, 2023, p. 89), que se mantém ainda após a Colonização.

Essa formação se dá a partir da expropriação de territórios e escravização dos povos originários dos continentes americano e africano, cada um com sua particularidade territorial, de dominação dos colonizadores e de resistência dos contra-colonizadores. É importante sinalizar aqui que, em ambos os continentes (América e África), existiam inúmeros grupos étnicos com formas de organização sociais profundamente diferentes e em muitos deles sob constante disputa entre si.

De acordo com Clóvis Moura (2020), o período escravista no Brasil possuiu duas fases que confluem no sentido de possibilitar um solo contraditório e sinuoso para implementação do modo de produção capitalista. Teoricamente, sua hipótese é de que os avanços capitalistas branco-

européus adentram a sociedade brasileira de modo “econômico, tecnológico, cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação” (MOURA, 2020, p. 82) das relações colonial e senhorial, justamente para que a modernidade atendesse à dependência da “empresa Brasil” (SODRÉ, 2023, p. 38) escravista.

Moura (2020) se debruça sob essa lógica para apresentar como o escravismo foi um modo de produção orientado pela disputa societária entre senhores e escravos*. Essa contradição, para o autor, se dá pela luta de africanos e seus descendentes. Acreditamos que os contra colonizadores se re-or-entaram⁴ nos processos de subjetivação individuais e coletivos. Contudo, por se tratar de um antagonismo de classes, os colonizadores se ancoraram em seu poder burocrático-estatal e nas riquezas concentradas para alimentar seu projeto político de dominação de massas, a consolidação do ethos racista.

Aníbal Quijano (2005) trata a ideia de raça como uma categoria mental da modernidade, construída a partir das diferenciações biológicas das identidades sociais racializadas criadas pela branquitude. Todas as categorias raciais pensadas para homogeneizar diferentes ontologias e epistemologias mostram como

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. (QUIJANO, 2005, p. 121)

Por isso, trataremos a raça como um constructo ideo-cultural psíquico da modernidade ocidental. Em sua tese, recém publicada como livro, Sueli Carneiro (2005) suscita o dispositivo de racialidade, a partir da produção de Foucault, para fomentar esse debate. Segundo a autora, “a racialidade é compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder” (CARNEIRO, 2005, p. 56).

A afirmação acima evidencia a produção de um campo de conhecimento voltado para possibilitar que os sujeitos racializados contem suas próprias histórias a partir de suas ontologias, epistemologias, práticas sociais e existenciais. Historicamente, isso se fez necessário visto que o assassinato em massa das populações indígena e africana, chamado genocídio, não foi suficiente para os colonizadores. Enquanto elite econômica e política, também produziram o silenciamento e desqualificação desses povos negros e indígenas, através do epistemicídio.

Carneiro (2005) mostra que, além disso, o epistemicídio do povo negro também é

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao

acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Desta forma, a autora suscita que a negação ao acesso à educação de qualidade, a inferiorização intelectual e a deslegitimação da capacidade cognitiva compõem o epistemicídio. Quijano (2005) subsidia esse argumento através do filósofo moderno Descartes, que “se converte numa radical separação entre “razão/sujeito” e “corpo””. Nesse caso, o sujeito pleno de razão, é entendido como “a única entidade capaz de conhecimento “racional”, em relação à qual o “corpo” é e não pode ser outra coisa além de “objeto” de conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 129).

O “corpo” do outro-negro seria apenas o objeto de conhecimento para a racionalidade eurocêntrica.

Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de seqüestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas óvnculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Como todos os âmbitos sociais no que se entende como a formação do Brasil, a educação é construída a partir desses mesmos referenciais universalistas, que objetificam os povos subjugados. Por isso, as Ciências Humanas e Sociais se apresentam apenas como reprodução da razão branca. Pensando mais especificamente a História dentro dessas grandes áreas de conhecimento, somos confrontados com a narrativa única do povo europeu, da forma que eles viveram ou entenderam que viveram as experiências societárias historicamente. A História do Brasil, como área conteudística, segue reproduzindo este padrão, haja vista que o epistemicídio produziu uma forma específica do preconceito racial, o racismo epistemológico.

Nesse sentido, a intelectualidade dos sujeitos negros é considerada como algo não científico, pois atravessa dimensões de saber que conflitam com o que se é, e é inferiorizada de maneira a terem suas potencialidades, trajetórias e saberes silenciados ou resumidos a narrativas de dor e sofrimento nos currículos escolares. Ou seja, se produz um Estado-nação que

majoritariamente só conhece uma versão da história de seus ancestrais, isto é, da sua própria história.

2.3 Epistemologias de Terreiro como eixo ético e metodológico do projeto

Sendo o Brasil resultado de uma forma social pautada na dependência econômica e na colonialidade política e cultural, e tendo o ethos racista como eixo organizador de nossa história, a hierarquização de corpos e saberes daí derivada acaba colocando as práticas e formas de ser e viver onto-epistemológicas de terreiro no campo estrito da religiosidade.

Importante a gente começar por aí, dizendo que Terreiro é não só lugar de resistência, mas de re-existência, espaço-forma de produção de vida a partir de outra lógica, distinta da ética colonial. Por aí desde o horror da escravização se aprendia outras ontologias e era possível se reconectar com os mitos e raízes africanas, se utilizava a arte e o sagrado como potentes dimensões do ser. Para Clovis Moura os terreiros ainda hoje são lugares de resistência negra no Brasil, ao passo que o povo negro criou a sua religiosidade e transformou o seu arcabouço cultural em uma “cultura de resistência social” (MOURA, 1992, p. 34).

A maior parte das histórias que trabalhamos nesse projeto de extensão dialogam com Terreiros, Quilombos, Comunidades Tradicionais, Religiosidade e Ciência Espiritual. Assim, evidenciamos, como essas histórias são confluências das filosofias ancestrais de matriz africana, seguindo a ideia que se firma no corpo e que é constituída de razão, já que esta “é transe, movimento contínuo, performance, saber corporal, prática de saber.” (RUFINO, 2019, p. 30). Assim, trazemos a denominada “perspectiva macumbística” que nos liberta do “carrego colonial”, a fim de tecer uma extensão universitária que despacha a lógica das universidades coloniais do Brasil, que pretensamente detém algum tipo de conhecimento e o leva para fora de seus muros.

Nesse sentido, a epistemologia de terreiro refere-se ao conhecimento produzido pelas comunidades de matriz africana, que possuem uma rica tradição oral e um conjunto de saberes que foram transmitidos de geração em geração. Esses conhecimentos muitas vezes são desvalorizados ou ignorados pelo sistema educacional tradicional, e o projeto de extensão busca resgatá-los e reconhecê-los como legítimos e relevantes para a construção de uma educação antirracista. Ao destacar as trajetórias das mulheres negras, o projeto também busca evidenciar a luta social coletiva do povo negro por meio da história dessas mulheres, brincando e subvertendo a narrativa colonial do herói, que geralmente é um homem branco. Por aí mostramos para crianças e adolescentes que mulheres negras também podem ser heroínas e que essa história que vai se descortinando revela uma construção coletiva de luta social do povo negro no Brasil.

Muitas pesquisas evidenciam como mulheres negras enfrentaram múltiplas opressões na

história brasileira ao longo dos séculos, mas também foram protagonistas de resistência, luta e superação, ao lado de homens negros, de toda uma comunidade ou égbé - para usar a expressão em Yoruba, que faz parte da ética de terreiro. Assim, o projeto de extensão evidencia como essas histórias são fundamentais para desconstruir estereótipos e valorizar a diversidade de experiências presente na história do país.

As narrativas didáticas desenvolvidas pelo projeto têm um potencial transformador na educação, pois possibilitam a construção de uma consciência crítica sobre a história e a cultura do povo negro, bem como o combate a discriminação racial e a luta pela igualdade. Ao levar essas narrativas para a escola, terreiros e comunidades, o projeto alcança diferentes espaços de aprendizado e propicia a construção e continuação de um diálogo pluricultural e pluriétnico, além de potencializar o rompimento de um silêncio histórico imposto às trajetórias dessas mulheres - muitas vezes desacreditadas pela historiografia oficial - e possibilitar a construção de uma consciência crítica sobre a história e cultura do povo negro no Brasil.

Além disso, a disseminação dessas narrativas em comunidades de matriz africana, como as organizações de terreiro parceiras, que são o Centro de Tradições Ylê Asè Egi Omin em Santa Tereza (Terreiro de Candomblé) e a Obra Social Filhos da Razão e Justiça em Santa Cruz (Terreiro de Umbanda), ambos no município do Rio de Janeiro, é bastante relevante. Esses espaços têm sido historicamente marginalizados e discriminados. Ao valorizar as epistemologias de terreiro, reforçamos a importância das tradições e saberes, contribuindo para a afirmação da identidade e cultura negra como potência existencial e política-educativa. Bem como, oferecem uma oportunidade para os educadores trabalharem com seus alunos questões relacionadas à identidade, diversidade e igualdade. Através do conhecimento da história e das contribuições das heroínas negras, os estudantes são incentivados a refletir sobre as desigualdades sociais e raciais existentes na sociedade atual e a se engajar em ações que promovam a justiça racial.

Ademais, a partir do arcabouço teórico, que embasa a análise e necessidade do projeto, se faz urgente destacar que o mesmo é desenvolvido para ampliar o conhecimento sobre peças-chave na historiografia brasileira, como: a primeira advogada negra do estado do Piauí na pessoa de Esperança Garcia; a estrategista para defesa e libertação dos escravizados baianos na pessoa de Luísa Mahin; uma inesquecível Ialorixá de Salvador na pessoa de Mãe Stella de Oxóssi; a rainha do Quilombo do Quariterê, o maior do Mato Grosso, na pessoa de Tereza de Benguela; uma ótima partideira nas rodas de partido alto na pessoa de Tia Ciata d'Oxum; uma das mais conhecidas escritoras do Brasil na pessoa de Carolina Maria de Jesus; aquela por "Rainha Quelé" na pessoa de Clementina de Jesus; entre outras.

3. Conclusão

Como uma forma de resistência através da educação, o projeto “Heroínas Negras da História Não Contada do Brasil” reforça a importância de uma versão da história do Brasil que atribui protagonismo ao povo negro invisibilizado pelo racismo e epistemicídio - em especial mulheres negras - na contramarcha das narrativas que aprisionam em lugares socioeconômicos e político-emocionais subalternos.

Por se tratar de um projeto de extensão, estamos ancorados na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, princípio comum das universidades públicas. Lígia Márcia Martins (2013) aponta que ainda que a extensão não esteja prevista na LDB acerca do ensino superior, este é um “modelo que a toma como princípio básico, tanto por suas dimensões ético-políticas quanto por suas dimensões didático-pedagógicas.” (MARTINS, 2013, p. 1). Aqui importa destacar a dificuldade de maior alcance do projeto seja por ausência de financiamento - afinal, a verba do custeio do PET é compartilhada com muitas outras atividades e só tem chegado nos últimos meses do ano -, ou pouco incentivo da universidade; seja por resistência de algumas escolas ou professores que seguem afirmando que não existe racismo em suas unidades e turmas e que todos são iguais.

Nesse sentido, vislumbramos que a educação brasileira ainda não alcançou a garantia das Leis nº 10.639/03 e nº11.645/08, que tornam obrigatórios o ensino das Histórias e Culturas Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas. Contudo uma parcela imprescindível da sociedade vêm se organizando em sua defesa e diversos esforços do movimento negro vem buscando mudar essa realidade. “Heroínas Negras da História Não Contada do Brasil” é uma amostra da potência produzida por estudantes negros-periféricos do ensino superior no âmbito da extensão do Programa de Educação Tutorial (PET), que preconiza formas outras de contar a história brasileira, construir conexões de saberes e fomentar uma cultura de igualdade e diversidade.

Referências

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. (Tese de doutorado em Educação.) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São

Paulo: USP, 2005.

MARTINS, Lígia Márcia. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. Bauru: UNESP, s/d.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. - 3. ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. Editora Ática S.A: São Paulo, 1992.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2019.

SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.